



Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais

From Recife to Medellin: Historical and pastoral aspects

Alzirinha Rocha de Souza*

Resumo: Há duas maneiras de se fazer história. A primeira é ignorando o passado, como se este não contribuisse em nada com o momento presente. A segunda maneira é revisitando-o para que, compreendendo com distância histórica, documentos e crítica os eventos passados, possamos melhorar significativamente o momento presente. É com esse intuito que realizamos a pesquisa e escrevemos o presente artigo, em que revisitamos o ano de 1968, um ano de grande tensionalidade e divisões de opinião na Igreja do Brasil. Nele, apresentamos o “Caso Comblin”, que trata do vazamento público do documento “*Notas sobre o documento de base para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*”, que foi solicitado por D. Helder Câmara a José Comblin e à equipe do ITER como preparação à Conferência de MD, e como esse episódio acabou por desvelar as duas linhas opostas de Igreja no Brasil naqueles anos - e suas consequências.

Palavras-chave: Medellín, D. Helder Câmara, José Comblin, CNBB, Ditadura, TFP.

Abstract: There are two ways to do history. The first is ignoring the past, as if this would not contribute in anything to the present moment. The second way is to revise - from a historical distance? former documents and events so that the understanding of the past helps us to better understand the present time. The article is written in this spirit. It looks back to 1968, a year of great tensions and opinion divisions in the Church of Brazil. More specifically the article reflects on the “Comblin-Affair” by referring to the leaked document “Notes on the base document for to II General Conference of the Latin-American Bishopic”. The latter was requested by D. Helder Câmara to José Comblin and the ITER-team as a means of preparation of the Mendellin-Conference. It is argued that the episode reveals the then two opposite parties within the Brazilian Church in Brazil in the period in question as well as the consequences of their antagonistic positions.

Keywords: Medellín, D. Helder Câmara, José Comblin, CNBB, Dictatorship, TFP.

Introdução

Medellín traz consigo o encontro de dois desejos: de um lado, o da comissão do CELAM, de promover a aproximação, proposta pelo Concílio, entre Igreja e realidade; do outro, a vontade de parte do Episcopado Latino americano de realizar essa aproximação. Nesse sentido, podemos afirmar que a Assembleia de Medellín concretiza o principal apelo conciliar.

Contudo, esse desejo não foi unânime em todos os contextos eclesiais. Nesse sentido, nossa comunicação tem por objetivo apresentar como o “espírito pós-conciliar” foi

* Doutora em Teologia pela Universidade de Louvain, Bélgica, e professora no PPG em Teologia da UNICAP (Recife). Contato: alzirinharsouza@gmail.com

implantado, vivido e testemunhado na Igreja particular da Arquidiocese de Olinda e Recife, e como o processo de preparação do documento para a Conferência de Medellín revelou o contexto adverso aos apelos conciliares nessa arquidiocese e em outras dioceses do episcopado brasileiro.

Para tanto, nosso texto será apresentado em três momentos: o primeiro tratará de mostrar a realidade socioeconômica, cultural e eclesial herdada por D. Helder Câmara; o segundo, aspectos políticos que chocaram diretamente essa sociedade estabelecida; e em terceiro, o chamado “Caso Comblin”.

As direções conciliares de D. Helder para o Recife

Aspectos sociais do Nordeste brasileiro

A região Nordeste do Brasil ocupa 18% do território nacional. Conta com uma população de 53 milhões de habitantes, o que equivale a 30% da população brasileira, e é marcada pelo determinante climático que diferencia a economia e a vida de áreas com chuvas regulares e outras com seca extrema que causa grandes danos à sua população. É igualmente uma região marcada por uma colonização exploratória que incide até hoje nas relações sociais, revelando um grande desnível entre ricos e pobres. Essa condição de desigualdade marca a história dessa região e provocou, a partir da década 1960, um grande fluxo migratório do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Para aqueles que ficaram na região, a vida continuou sendo marcada pela concentração de renda, por problemas de subnutrição, pela exploração do trabalho infantil, pelo frágil desenvolvimento econômico e cultural, pelo aumento da violência e pelo difícil acesso à educação de base e à alfabetização.

Aspectos Eclesiais

Para compreender a importância e as razões do protagonismo e também dos ataques sofridos por D. Helder Câmara, é necessário reafirmar que sua pessoa e sua forma de trabalhar estavam longe dos padrões “normais” dos bispos advindos do Concílio de Trento, cuja tarefa era lutar contra a corrupção e a ignorância do clero, contra as heresias protestantes e estabelecer estrita disciplina eclesiástica para aplicações rigorosas dos Decretos conciliares (Comblin, 1984, p. 24).

Nesse contexto, a relação se dava entre bispos e Santa Sé, buscando o cumprimento estrito do Direito Canônico (Comblin, 1999, p. 25). Seu papel era reformar a Igreja e não a sociedade. Um bispo desse modelo não deve se deixar condicionar pela situação específica ou concreta de seu povo: é Roma quem deve pensar. Nesse modelo, encontravam-se D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), que marcou a Igreja de Olinda e Recife como protagonista da questão religiosa resultante do conflito entre Igreja e Maçonaria (1872-1875), defendendo fortemente a posição romana.

Ora, a soma dos dois perfis apresentados (social e eclesiástico) revela o contexto herdado de constituição e a compreensão sobre o que era ser um bispo e qual sua função durante os anos pré-conciliares.

Esse dado nos parece essencial para compreendermos a grande novidade e o choque provocado na realidade nordestina face à maneira de ser de D. Helder, que vinha decidido, desde sua chegada ao Recife, em abril de 1964, a implantar na arquidiocese os novos ventos advindos das decisões conciliares.

Transferido do Rio de Janeiro, onde trabalhara desde 1947, ele traz consigo uma larga experiência pastoral e de articulação eclesial, e abre imediatamente frentes que revelam o novo “modelo de episcopado”, levando em consideração os desafios da sociedade local.

É fato que ele encontrou no Recife dos anos 1960 uma cultura e uma estrutura social influenciadas pelas oligarquias do açúcar, estas últimas representadas pelos coronéis dos engenhos de cana que, particularmente nessa época, se aliavam à mentalidade dos militares que haviam chegado ao poder pelo Golpe de Estado de 1964 e haviam transformado Pernambuco em um “pré-consulado militar” depois da destituição do governador Miguel Arraes, considerado um dos “grandes comunistas” do Brasil.

Nesse contexto, não havia lugar para discordantes dos coronéis do café ou militares. Os proprietários das usinas de cana colaboravam fielmente com o exército para manter não somente a ordem, mas o *statu quo* que definia sua privilegiada posição social (Marin, 1995, p. 170). Nesse quadro, pode-se perceber que a insistência e a determinação por mudanças, por parte de D. Helder, trariam por consequência um bom número de oponentes.

Se, por um lado, podemos citar Gilberto Freyre como o representante mais eminente entre seus adversários (e talvez aquele mais preparado intelectualmente que se determinou a desacreditar o arcebispo) e o vereador local Wandenkolk Wanderley (menos privilegiado intelectualmente, mas com grande força para atacar D. Helder), por outro lado, somos obrigados a afirmar que sua maneira de ser não contribuiu para amenizar a situação. Ao contrário, ele encarna o que o Concílio lançou: a missão profética do bispo, sua palavra endereçada ao mundo, à sociedade que reflete a experiência trazida dos anos em que dirigiu a Ação Católica no Brasil e que o ajudou a compreender seu ministério episcopal como um projeto dentro do mundo e como testemunho do Cristo face ao mundo (Comblin, 1999, p. 35).

Seu estilo combativo rapidamente causou discordâncias com a sociedade estabelecida: as denúncias públicas que tocavam aos problemas da cidade, as queixas contra a exploração sistemática dos trabalhadores rurais pelos proprietários das usinas de café e cana, o *Manifesto da Ação Católica do NE* (1967) – cujo prefácio foi por ele escrito e criticava abertamente o modelo de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, seus contatos e constantes viagens internacionais, tudo isso trouxe rapidamente a desconfiança e o desagrado da sociedade local, que guardava consigo outro modelo de arcebispo, diferente daquele que se impõe pela força e pelo autoritarismo, e não pela denúncia aliada ao diálogo e à busca de soluções.

Elementos da prática de D. Helder no Recife

Para fazer face à realidade encontrada e implementar uma “nova maneira de ser bispo”, D. Helder estrutura seus trabalhos a partir de três frentes: 1) eclesiológica, na qual implementa a prática da estrutura conciliar da colegialidade; 2) pastoral, na qual

implementa imediatamente a “Operação Esperança”; e 3) formativa, na qual busca renovar as estruturas de formação dos padres, visando uma nova estrutura de mentalidade.

Antes de entrar na exposição das três frentes de trabalho, é importante destacar que o elemento essencial para sua realização foi o esforço de deslocamento social da Igreja do Recife na direção dos pobres de uma maneira efetiva a partir de seu engajamento pessoal desde o Grupo Conciliar da Igreja dos Pobres, que culminou no Pacto das Catacumbas. Nesse sentido, creio poder afirmar que a base do movimento social, pastoral e eclesial realizado no Recife tem em sua base a fé de D. Helder no Evangelho e a determinação de vivenciá-lo a partir de seu engajamento com os pobres.

Posto isso, passamos à apresentação das três frentes de trabalho:

A frente eclesiológica

Quando de sua chegada ao Recife, D. Helder cria uma estrutura diretamente em linha com o que havia sido demandado pelo Concílio, que só veio a ser estabelecido pelo Código de Direito Canônico em 1983 e ainda não havia sido regulamentado. A estrutura eclesiológica criada por D. Helder estabelece um governo colegiado, composto pelo vigário-geral e os vigários episcopais, que devem se reunir a cada 15 dias. Nomeações e grandes decisões passam a ser tomadas unicamente de forma colegiada por eleição direta (Marin, 1995, p.155).

No entorno de D. Helder, formam-se dois círculos. O primeiro, regido por D. Lamartine Soares, que foi seu homem de confiança e profundo conhecedor da sociedade local, onde circulava com facilidade por todos os meios, e o segundo, regido por Marcelo Carvalheira, que assume o trabalho de formação e de renovação do Seminário em conjunto com D. Basílio Penido, abade do Mosteiro Beneditino do Recife desde 1964.

Em torno de Marcelo Carvalheira vai se formar um círculo que compreende a ala progressista da inteligência clerical, exercendo ao lado do arcebispo a assessoria teológica e atuando diretamente na formação teológica e pastoral formada por: José Comblin (que chega ao Recife em 1965 a convite de D. Helder), René Guerre (pastoralista francês), João Humberto Plummen (redentorista neerlandês que chega ao Recife no final dos anos 1950), Zildo Rocha (nomeado vice-reitor do Seminário em 1964) e Ernane Pinheiro, vindo de Fortaleza, que será também vice-reitor do Seminário.

A frente pastoral: a operação urbana

É a partir de uma situação de calamidade pública, causada pelas inundações do rio Capibaribe, que, em junho de 1965, tem início no Recife a chamada “Operação Esperança Urbana”. Inicialmente destinada a mobilizar as forças da sociedade em prol das vítimas das enchentes, ela é considerada a primeira empreitada social de envergadura realizada no Recife, que, ao longo dos anos, vai se desdobrar em uma série de ações efetivas para os pobres da cidade. A partir daí, inicia-se o processo de deslocamento da pastoral diocesana, que deixa de ser unicamente assistencialista, para ser efetiva junto aos pobres. Para tanto, D. Helder consegue reunir em torno de si as classes mais altas,

algumas instituições governamentais (notadamente a recém-criada SUDENE, que trabalhará na construção de novas casas para as vítimas). Aqueles que aplaudiam a ditadura e os que se colocavam ao lado dos “coronéis” estavam agora implicados diretamente com os pobres que eles mesmos haviam gerado.

Quando a Ditadura Militar, em maio 1968, decreta o Ato Institucional Nº 5, que fecha o Congresso Nacional e proíbe as reuniões populares, o arcebispo cria o *Encontro de Irmãos*, convidando as pessoas a se reunirem nas sacristias. Dessa forma, as ações sociais se tornaram caminho para conscientização do povo sobre seus limites e possibilidades. Começa, então, a ser desenhado Recife uma nova forma de ser Igreja, fortemente desclericalizada, em relação à qual, nesses anos, não havia equivalente no Brasil. (Marin, 1995, p. 161).

A frente de formação: a renovação na mentalidade do clero

Desejar uma Igreja fortemente desclericalizada, que funciona sob forma de colegialidade, implica necessariamente ter pessoas formadas dentro desta compreensão eclesial. Até 1960, o tradicionalismo da formação na Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) não se distinguia em nada da formação nas demais regiões do país.

Em 1961, sob o reitorado de Marcelo Carvalheira e com Zildo Rocha na condição de vice-reitor, teve começo uma série de iniciativas e mudanças na formação, a fim de encarnar uma mentalidade mais avançada, especialmente no Seminário Rural. Isso aconteceu não sem o estranhamento de alguns bispos do Regional, porém com a determinação de formar padres pós-conciliares ou, no dizer de Marcelo Carvalheira: “Que sejam profetas do meio popular. Vendo o que os outros não veem mais e promovendo não somente palavras que consolem, mas também aquelas que incomodam contra as desordens estabelecidas de toda sorte” (Carvalheira, 1996, p. 549).

Concretamente, foi desativado o Seminário de Camaragibe, passando os seminaristas a residir nos bairros populares do Recife. Houve uma abertura no processo de formação (formal) à inclusão de temas atuais como marxismo, existencialismo, cinema, artes, o pensamento de teólogos atuais como Theillard de Chardin e o acolhimento para conferências de diversos pensadores, tais como: Joseph Cardijn em 1961, François Houtard em 1962, Ivan Illich em 1963, Joseph Colomb, Jean Daniélou e Yves Calvez.

A terceira e determinante ação para a formação foi, em 1967, a criação do ITER (Instituto de Teologia do Recife). Privilegiado por uma linha de pastoral humanizada, começa suas atividades com 70 seminaristas diocesanos, 68 religiosos, 18 leigos e 11 ouvintes livres, sob a responsabilidade do pastoralista francês René Guèrre e do diretor de estudos José Comblin, que visava minimizar as diferenças de linguagem culturais e teológicas relativas à classe média (bem como responder a elas), as quais eram insuficientes para a evangelização da classe rural e até mesmo da classe urbana e pobre.

O “Caso Comblin”

Ora, é dentro desse contexto de processo de renovação que a AOR prepara sua participação na Segunda Conferência do CELAM. Uma série de reformas, que questionava

a ordem estabelecida, começara a incomodar alguns setores civis e eclesiásticos. Se o Concílio era tido por setores da Igreja brasileira como muito progressista, se a postura simples, próxima e profética de D. Helder já lhe custara muitos problemas, o vazamento público do documento preparatório para a Conferência de Medellín, escrito por Comblin a pedido do arcebispo, colaborou e muito para o agravamento dessas relações.

Em preparação para a Conferência de Medellín, D. Helder solicita em março aos professores do ITER uma análise social e eclesiológica do momento brasileiro na época. Foram formadas diferentes equipes de trabalho coordenadas por José Comblin, sendo a primeira reunião de avaliação realizada em 25 de março (CC 380, 23-24/03/68)¹ na Igreja das Fronteiras. Após essa reunião, D. Helder registrará em sua Carta Conciliar de 23/24 de março: “Vi o primeiro esboço de comentários do ITER (Pe. Comblin à frente) ao Documento básico do Encontro da Hierarquia Latino-Americana... Forte. Fortíssimo. Mas como está carregado de verdades terríveis sobre a América Latina” (CC 380, 23-24/03/68).

O documento, que era para uso privado do arcebispo, constituía-se de 17 páginas datilografadas e tinha por título “Notas sobre o documento de base para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano” (AD 3). Seu conteúdo era destinado à discussão entre os especialistas, contudo muito mais consistente e incisivo do que o documento preparatório encaminhado às dioceses.

O evento conhecido como “Caso Comblin” se inicia quando, em 11 de junho de 1968, o jornal “Diário de Pernambuco”, que historicamente era opositor do arcebispo, impulsionado pelo discurso de W. Wanderley na Câmara Municipal, publica partes desse documento. Em seu discurso, afirmaria: “era um documento capaz de conduzir à prisão numerosos padres, mas também o arcebispo” (DDP, 11/06/68). Esse era considerado uma verdadeira bomba revolucionária assinada por José Comblin. Na edição seguinte, o mesmo jornal publica a integralidade do documento, com o título em primeira página: “Transferência de D. Helder e expulsão de Comblin. Para Wandenkolk, Dom Helder deveria estar em prisão” (DDP, 12/06/68).

Esses dois fatos bastaram para lançar o “Caso Comblin” no meio de uma agitação estudantil às vésperas da Conferência de Medellín. Trata-se de uma sequência de episódios que durarão três meses nas colunas da imprensa nacional e que culminará no impedimento de Comblin de entrar no Brasil em 1972.

O conteúdo

Ora, como era de uso privado (AAM)², Comblin – bem a seu estilo – não economizou no exercício de seu pensamento e de sua pluma. Seu conteúdo mais explosivo

1 De ora em diante, as Cartas Circulares de Dom Helder serão citadas pela sigla CC e pelo número e data em que foram escritas, de acordo com classificação presente na coletânea de circulares de Dom Helder Camara: ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Org.). *Dom Helder Câmara, Cartas Circulares Pós-Conciliares*.

2 Carta de José Comblin, 24/06/1968. Especificamente nessa carta ao cardeal Suenens, Comblin explica a solicitação de D. Helder aos professores de Teologia do ITER para que dessem suas contribuições à preparação de Medellín, bem como toda a situação criada pelos adversários do arcebispo, a partir de seu documento, que foi parar na imprensa com acréscimo de diversos comentários.

é consagrado ao tema da revolução, no qual, sem exigir ou reivindicar sua efetivação, ele defende uma concepção bastante leninista para a tomada de poder e um exercício muito próximo da ditadura do proletariado (Marin, 1995, p. 188). Em primeiro tempo, destaca o dualismo das sociedades latino-americanas, entre duas classes: a primeira, branca, de origem ibérica, que monopoliza o poder e a riqueza, e a segunda, que ele denomina “massa”, formada por todos os tipos de cor de pele, marginalizada e excluída do sistema econômico, bem como da vida política e cultural. Defende ainda que, sem a destruição dessa aristocracia e a passagem a um poder de massa, não se consegue nenhum desenvolvimento. Em sua opinião, somente um governo capaz de agir pela força seria capaz de colocar em ação tal mudança. Postas essas premissas, ele distingue em seguida os problemas da conquista e do exercício de poder. Para a conquista do poder, ele rejeita as teorias foquistas e o puro romantismo dos guerrilheiros que acreditam na virtude mágica da violência transformada em espada sagrada. Para Comblin, somente um grupo coerente e unido, capaz de uma ação de conjunto e dirigido por líderes carismáticos, pode treinar as pessoas.

Nesse sentido, a Igreja pode ter um papel a desenvolver, contanto que ela resta-beleça nos cristãos a consciência, a vocação e o interesse pela política. Somente dessa forma poderiam nascer grupos resolvidos a tentar conquistar o poder sem a tentação hegemônica. Seguindo essa ordem de ideias, o exercício do poder seria, ao menos em seu começo, autoritário e ditatorial, uma vez que reformas radicais não se fazem consultando a maioria. Inicialmente, faz-se necessário colocar em ação um sistema repressivo com tribunais de exceção contra aqueles que se opuserem às reformas, tomar o controle das forças armadas e da mídia para censurar as críticas destrutivas e reacionárias. Do ponto de vista econômico, sem se aprofundar no como, reivindica um equilíbrio entre a iniciativa privada e a planificação.

Segundo Richard Marin, os adversários de D. Helder jamais poderiam ter sonhado com tal barganha e proposição, mas a seus olhos, comandado pelo arcebispo e seu conselho de presbíteros, o documento necessariamente exprimia as ideias do arcebispo e essa era a prova que faltava para condená-lo como subversivo, o que rendeu aos arcebispos os títulos de “bispo vermelho” e “chefe da igreja subversiva”.

Entre defesas e ataques: O lado civil

O lado não eclesial não só teceu críticas como as tornou mais severas. Contra “uma igreja subversiva”, Gilberto Freyre e W. Wanderley, porta-voz da linha-dura militar, sugerem à Câmara Municipal o envio de uma carta a Paulo VI, exigindo a transferência de D. Helder, “cúmplice do documento Comblin”. De modo contrário, a maioria da Assembleia se coloca em posição de solidariedade ao arcebispo, mesmo condenando o conteúdo do documento (DDP, 18/06/68). Não satisfeito, W. Wanderley volta à carga dois meses depois com exigências de prisão militar para Comblin, sem sucesso (DDP, 18/06/1968).

De sua parte, Gilberto Freyre participa da ofensiva a D. Helder publicando três artigos no “Diário de Pernambuco”. O primeiro artigo denuncia a incompetência do

autor quanto à análise sociológica realizada (DDP, 23/06/68). O segundo afirma (mesmo sem citar Comblin) “que estes são teólogos ruins, que são unicamente resíduos de teólogos que têm a pretensão, dentro de suas tristes ruínas, de posar de sociólogos (...) auxiliares do comunismo internacional” (DDP, 07/07/68). Por último, o ângulo do ataque é diferente. Dessa vez, em nome da defesa do cristianismo popular, o sociólogo critica as:

tentativas de racionalização e secularização do cristianismo nas quais são fortemente engajados alguns pobres infelizes e inocentes padres assim como bispos medíocres e ignorantes (...) que se julgam, sem dúvida, superinteligentes para crer em Deus, no Cristo e na Virgem Maria e também nos Santos (DDP, 14/07/68).

A CNBB dividida

Em nível nacional, o “Caso Comblin” se distingue de todos aqueles que o precederam, pois torna-se uma ocasião de desvelamento e de enfrentamento entre duas visões de Igreja e um conflito de poder entre elas.

Há uma grande mobilização dos setores católicos conservadores e tradicionalistas contra D. Helder e sua “igreja progressista”. A questão principal era sobre de que lado a Igreja do Brasil era considerada: do lado dos dominadores ou dos dominados? Dois meses antes é a Conferência de Medellín que dá a resposta. Examinado por esse ângulo, o Caso Comblin pode também aparecer como uma oportunidade de expressar a voz de toda uma corrente da Igreja que sente a derrota próxima. De outro lado, ocorrido pouco antes da Assembleia Geral da CNBB, esse caso expôs D. Helder e o colocou em dificuldades frente ao episcopado.

De fato, o documento Comblin, desde que chegou aos jornais da época no Recife e no Rio, dividiu opiniões do episcopado (CC 412, 05-06/7/68). Contrários ao arcebispo, manifestaram-se principalmente D. Geraldo Sigaud (arcebispo de Diamantina – Minas Gerais) e D. Castro Mayer (bispo de Campos – Rio de Janeiro), em carta encaminhada ao cardeal Agnelo Rossi, então presidente da CNBB (AAM)³, afirmando:

O documento do Padre Comblin permitiu aos setores mais responsáveis da opinião nacional ver quais espécies de doutrinas e programas circulam livremente no Instituto Teológico do Recife. A profunda surpresa causada por esse fato toma ainda mais importância se se considera que esse Instituto funciona sobre a supervisão de D. Helder Câmara que é ao mesmo tempo secretário nacional da Ação Social, é dizer do setor da CNBB encarregado de estudar e propor soluções aos problemas sociais e econômicos do Brasil (DDP, 04/07/68).

De outra parte, doze bispos escrevem diretamente ao general Costa e Silva para afirmar seu desacordo com a corrente católica de esquerda da Igreja do Brasil (Marin,

3 Carta de D. Helder Câmara, 19/09/1968. Essa carta foi enviada a Comblin, assinada por quatro bispos do Nordeste brasileiro e diversos padres. Documentos sobre o mesmo tema podem ser encontrados em: BRUXELLES, ARCHIVES DE L'ARCHIDIOCESE DE MALINES (AAM). Carta de Joseph Suenens, 01/04/1968, à Secretaria de Estado do Vaticano e Carta da Secretaria de Estado do Vaticano a Joseph Suenens, 21/07/1968.

1995, p. 188). D. Vicente Scherer (AAM)⁴, arcebispo de Porto Alegre, é mais uma voz contrária que exprime a atitude dominante no episcopado. O próprio Comblin escreve-lhe uma carta, afirmando que “não era nenhuma eminência parda de D. Helder, e que tampouco o Arcebispo precisava de eminências pardas. Ele era unicamente professor no ITER” (“O Globo”, 12/07/68).

Na sequência, D. Antônio de Moraes (antecessor de D. Helder no Recife), D. Sigaud e D. Castro Mayer lançam o *Manifesto ao povo brasileiro*, a fim de “alertar para as manobras subversivas nascidas no seio da Igreja por um grupo minoritário de eclesiásticos e leigos” (SEDOC 3, 1968. pp. 449-450).

Em agosto de 1968, quatro arcebispos mineiros – D. Sigaud, D. Ângelo Neto, D. Oliveira Mariana e D. Gonçalves do Amaral – e mais quarenta bispos escrevem ao presidente da CNBB criticando “o acento colocado em várias regiões sobre os aspectos sociais e políticos, em detrimento da missão espiritual da Igreja” (DDP, 11/08/68). Como se isso não bastasse, no mesmo mês de agosto, durante uma conferência dada aos oficiais do exército na Vila Militar do Rio de Janeiro, D. Sigaud denuncia a infiltração comunista na Igreja.

No mês seguinte, recebido pelo presidente Costa e Silva, ele assegura o apoio da “maioria dos bispos brasileiros e do clero” à política ditatorial. Ainda o mesmo Sigaud ensaia aceitar um convite feito pela Associação dos Produtores de Cana, o que causou grande reação na Igreja do Recife. No boletim arquidiocesano, registra:

As posições do arcebispo de Diamantina, que critica de maneira mordaz nosso arcebispo, são conhecidas de todos. Nós esperamos que ele não venha aqui mesmo. Uma tal afronta somente poderá provocar um protesto. É conveniente lembrar que D. Helder não vai a nenhuma diocese sem consentimento prévio do bispo local. Exemplo a ser seguido (Boletim Arquidiocesano, 31/08/68).

Contudo, é necessário destacar a estreita ligação entre essa ala do episcopado e a sociedade laical ultraconservadora TFP – Tradição, Família e Propriedade. Nascida em 1960 para fazer obstáculo à abertura social da Igreja, essa sociedade de extrema-direita lança entre os meses de julho e setembro uma campanha nacional contra a infiltração comunista no seio do clero, tendo por pretexto o documento Comblin. Nessa campanha, a TFP recolhe 1.600 assinaturas em todo o País, entre elas a da esposa do presidente da República, as dos ministros de Estado e de dezenas de políticos, oficiais das forças armadas e 19 arcebispos e bispos. A ligação com a TFP é referida por D. Helder: “Agora mesmo cheguei a preparar três folhas com simples trechos de ‘Reforma Agrária, questão de consciência’ e humanamente era a maneira de neutralizar os ataques vindos da área da TFP” (CC 413, 6-7/7/68) e denunciada pelos padres da Arquidiocese de Olinda/Recife por “difamação sem escrúpulos contra o Padre Comblin, teólogo mundialmente conhecido” (Marin, 1995, p. 188).

⁴ Documento da Embaixada belga no Brasil, de 04/04/1973. Esse documento, enviado da Embaixada brasileira ao cardeal Suenens, descreve que, anos mais tarde, o cardeal Scherer mantém as denúncias contra Comblin. Nesse momento, em especial, Comblin acabava dar uma entrevista à revista *Vísperas* (Uruguai), criticando a ala mais conservadora do episcopado brasileiro.

Em favor de D. Helder e Comblin

D. Helder recolhe também o apoio habitual de solidariedade: dezenas de bispos, membros do partido de oposição MDB, inúmeros conselhos municipais, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e 110 parlamentares de Brasília (incluindo 30 do partido da situação), entre outros.

Por sua vez, Marcelo Carvalheira, tentando amenizar a situação de D. Helder, publica no jornal “Folha de São Paulo” texto no qual afirma ser o mais próximo colaborador de D. Helder. Ele insiste nas “divergências de apreciação entre o teólogo Comblin e D. Helder, onde mesmo sendo o último a favor da participação popular na política jamais concordou com a tomada de poder pela força” (“Folha de S. Paulo”, 16/06/68), e nas “interpretações distintas dadas ao texto” (“Jornal do Comércio”, 12/06/68).

Especificamente, os atos de solidariedade a Comblin são evidentemente mais escassos. D. José Maria Pires, o arcebispo da vizinha João Pessoa, sai em sua defesa, ressaltando a intenção de continuar apoiando e “estimular as investigações teológicas do ilustre Pe. Comblin” (DDP, 20/08/68).

Conclusão

As inovações colocadas em prática por D. Helder na AOR e mesmo a sua nova forma de exercício episcopal no período pós-conciliar foram a condição de possibilidade para que os novos ventos do Vaticano II ali soprassem, sob uma nova forma eclesiológica e pastoral. Contudo, quisemos principalmente destacar, nesta comunicação, a originalidade do “Caso Comblin” como reflexo de um movimento mais amplo da Igreja do Brasil naqueles anos.

É precisamente analisando a dinâmica e o desenrolar de seu acontecimento que podemos afirmar que as bases propostas pelo Concílio de aproximação da realidade, de mudanças de posturas e de compreensões eclesiológicas, não foram imediatamente apoiadas pelo conjunto da Igreja do Brasil, mesmo havendo uma preparação quase simultânea entre as sessões conciliares e uma adequação pastoral que culminou no I Plano de Pastoral de Conjunto em 1967. Apesar de seus possíveis exageros, as posições tomadas denunciam a intensidade com que o jogo de interesses políticos e eclesiais se revelou mais importante do que a efetivação das propostas conciliares.

Seguramente não haveria a luta armada e tampouco era essa sua efetiva proposta, mas é significativo pensar no choque causado entre a denúncia dos graves problemas sociais e o desejo de manutenção do *statu quo* pelas classes dominantes civil e eclesiástica no País.

Contudo, essa dedicação à aplicação do Vaticano II no Brasil, que permitiu o conhecimento da realidade latino-americana, contribuiu para o avanço das Conferências do CELAM, possibilitando a releitura do Concílio no continente latino-americano. Se, por um lado, os jornais brasileiros da época publicaram artigos com títulos como “Quem vencerá Medellín?” (“Edição Extra”, 25/08/68), contrapondo conservadores, progressistas e revolucionários, por outro lado, D. Helder, ao retornar da Conferência,

declarou que as ideias reformistas foram fortalecidas em Medellín à medida que todos os bispos latino-americanos estavam “decididos a estimular ao máximo as reformas econômicas, políticas, culturais e sociais do continente de acordo com a nova orientação adotada pelos documentos da Igreja que tratam dos problemas sociais” (DDP, 10/09/68). E, ao que parece, apesar dos atropelos e exageros, venceu Medellín.

Referências bibliográficas

CARVALHEIRA, Marcelo. O tipo de padre que a Igreja espera após o Vaticano II. In: *Revista Eclesiástica Brasileira* v. 26. Petrópolis, 1966, pp. 529-551.

COMBLIN, José. Dom Helder e o novo modelo Episcopal do Vaticano II. In: BERNARDA, Maria (Org.). *D. Helder Câmara, Pastor e Profeta*. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. Dom Helder, bispo para o terceiro milênio. In: ROCHA, Zildo (Org.). *Helder. O Dom. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Org.). *Dom Helder Câmara, Cartas Circulares Pós-Conciliares*. Vol. IV. T. II (de 25/16 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968). Recife: CEPE Ed.-Instituto Dom Helder Câmara, 2013.

MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres*. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 1995.

Arquivos e jornais

AAM (Arquivos da Arquidiocese de Malines e Bruxelas) – Bélgica .

AD (Arquivos Diocesanos). Arquidiocese de Olinda e Recife.

BOLETIM ARQUIDIOCESANO (Recife), 31/08/1968.

INSTITUTO D. HELDER CÂMARA (IDEHC) (Recife).

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO (DDP) (Recife)

JORNAL O GLOBO (Rio de Janeiro) .

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo).

JORNAL EDIÇÃO EXTRA (Recife).

SEDOC (Serviço de Documentação). 3. Petrópolis: ITF, 1968.

Recebido: 23 de maio de 2018.

Aprovado: 15 de julho de 2018.